

PARQUE LINEAR MOENDA VELHA

Requalificação paisagística e democratização dos espaços livres no Capão Redondo (SP)

SESSÃO TEMÁTICA: Direito à Paisagem

Carlos Eduardo Santos de Almeida
Instituição (Universidade Anhembi Morumbi)
E-mail: carloseduardo.sanalmeida13@gmail.com

Paula Hori
Instituição (Universidade Anhembi Morumbi)
E-mail: paula.hori@ulife.com.br

RESUMO

O artigo discute a importância da requalificação paisagística como instrumento de democratização do acesso aos espaços livres nas periferias urbanas, tomando como estudo de caso o córrego Moenda Velha, no distrito do Capão Redondo, zona sul de São Paulo. Parte-se da constatação de que a expansão acelerada das cidades brasileiras em direção às periferias, aliada à insuficiência de investimentos públicos em infraestrutura, aprofundou desigualdades socioespaciais. A carência de espaços livres verdes, de acessibilidade e de qualidade paisagística contribui para intensificar processos de segregação urbana. Com base em pesquisa bibliográfica, documental e em levantamentos de campo, o estudo identifica a necessidade de estratégias urbanas que integrem dimensões ambientais, sociais e espaciais no território periférico. Nesse contexto, propõe-se um projeto paisagístico de caráter regenerativo que envolva o reflorestamento das margens do córrego Moenda Velha, a criação de espaços públicos multifuncionais e a conexão de remanescentes vegetados existentes. Os resultados indicam que a adoção de princípios de infraestrutura verde e azul pode contribuir para mitigar impactos das mudanças climáticas e ampliar o acesso qualificado aos espaços livres. Conclui-se que tais ações fortalecem o direito à paisagem como componente fundamental do direito à cidade.

PALAVRAS-CHAVE: Parque linear Moenda Velha; Direito à Paisagem, Requalificação; Espaços livres, Justiça ambiental, Capão Redondo.

ABSTRACT

This article discusses the importance of landscape requalification as a tool for democratizing access to open spaces in urban peripheries, using the Moenda Velha stream, located in the Capão Redondo district in southern São Paulo, as a case study.



The study begins with the observation that the accelerated expansion of Brazilian cities toward peripheral areas, combined with insufficient public investment in infrastructure, has deepened socio-spatial inequalities. The scarcity of green areas, accessibility, and landscape quality further intensifies urban segregation. Based on bibliographic and documentary research, as well as field surveys, the study identifies the need for urban strategies capable of integrating environmental, social, and spatial dimensions within peripheral territories. In this context, it proposes a regenerative landscape project involving the reforestation of the Moenda Velha stream margins, the creation of multifunctional public spaces, and the connection of existing vegetated remnants. The results indicate that the adoption of green and blue infrastructure principles can help mitigate the impacts of climate change and expand qualified access to open spaces. The study concludes that such actions strengthen the right to landscape as a fundamental component of the right to the city.

KEYWORDS: Moenda Velha Linear Park; Right to Landscape; Requalification; Open Spaces; Environmental Justice; Capão Redondo.

INTRODUÇÃO

As cidades são espaços de conflitos e contradições, de constantes guerras e disputas, muitas dessas ocultas aos olhares menos atentos. Seu crescimento e construção traduzem processos e momentos históricos de desigualdade, exclusão, mas também de luta e resistência que se manifestam na forma como o território é ocupado e apropriado. Essas batalhas se refletem também nas mudanças climáticas causadas pela ação antropogênica nos meios naturais, sendo importante destacar que muitos desses efeitos nocivos da ação humana no meio ambiente natural recaem exatamente sobre a população periférica e mais pobre da cidade. Essas pessoas têm pouca ou nenhuma alternativa para lidar com as mazelas dos desastres ambientais e seus extremos, além de terem, muitas vezes, que ocupar terras e espaços inapropriados e perigosos para a moradia e saúde.

O espaço urbano é, nesse sentido, um campo de disputa simbólica e política que, segundo Lefebvre (2001), seria um meio de promover ações, sejam elas democráticas ou sob a forma de injustiças sociais. Em São Paulo, a segregação socioespacial, caracterizada principalmente pela especulação das terras e pelo descaso do poder público em relação a certos espaços da cidade, fica evidente nas periferias, onde a ausência de infraestrutura urbana, saneamento básico, espaços verdes, recursos como saúde e educação de qualidade, além do baixo poder aquisitivo da população compromete a qualidade de vida e restringe o acesso ao direito à cidade e à paisagem por essas pessoas. Entende-se que os espaços da cidade com boa oferta de infraestruturas e equipamentos são inacessíveis para a população mais pobre, fazendo com que a população marginalizada busque por áreas e terras mais baratas, geralmente nas periferias da cidade, em áreas de proteção ambiental e áreas de risco, onde seu valor de mercado é menor pela baixa procura e qualidade.

Dessa forma, vê-se um planejamento do espaço segregacionista e deliberadamente feito para poucos (Blanco Alvarez, 2008). A democratização do acesso aos espaços livres e da natureza urbana constitui, portanto, uma forma de reparação socioambiental, especialmente em contextos de vulnerabilidade. Nesse sentido, o projeto do Parque Linear Moenda Velha, desenvolvido como proposta de requalificação paisagística, tem como objetivo recuperar o córrego e suas margens, a

fim de diminuir os riscos geológicos de suas encostas e as enchentes das margens, além de ofertar espaços públicos acessíveis, seguros e socialmente inclusivos e conectar os dois lados separados pelo próprio córrego, que dificulta a integração entre os bairros e o acesso às duas margens.

A metodologia adotada neste trabalho desenvolvido no processo de pesquisa de um TFG para conclusão do curso de Arquitetura e Urbanismo, combina pesquisa bibliográfica, documental e levantamento de campo, com o objetivo de compreender as dinâmicas socioambientais do território e propor diretrizes para sua requalificação paisagística. A pesquisa bibliográfica abrangeu autores que discutem a produção do espaço urbano e o papel dos sistemas de espaços livres, assim como as exclusões e formas de apropriação do espaço, (Lefebvre, 2001; Magnoli, 1982; Queiroga, 2011; Bullard, 2005). As contribuições teóricas serviram de base para a análise crítica da relação entre paisagem, meio ambiente e desigualdade social, que embasam de forma concisa a necessidade de espaços naturais para a qualidade urbana e vida social nas cidades.

A pesquisa documental incluiu o levantamento de dados secundários em fontes oficiais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Plano Diretor Estratégico de São Paulo (Lei no 16.050/2014) e o Plano de Ação Climática do Município de São Paulo (2020). Esses documentos fornecem indicadores sobre demografia, áreas de risco, cobertura vegetal e vulnerabilidade socioambiental que apontam os traços característicos da cidade e, principalmente, da área de estudo, expondo as fragilidades do território. Assim, constatou-se a necessidade de ações de mitigação e adaptação desses espaços para a melhora na qualidade de vida de seus habitantes, aumento da resiliência da cidade frente às mudanças climáticas e a necessidade de melhora na qualidade paisagística.

O trabalho de campo consistiu em visitas à área de estudo para observação direta, registro fotográfico e análise das condições de infraestrutura urbana e ambiental. Foram mapeados os espaços livres existentes, a vegetação remanescente, as áreas de risco e as principais vias de acesso. O levantamento foi realizado no entorno do córrego Moenda Velha, situado no distrito do Capão Redondo, pertencente à Subprefeitura do Campo Limpo, na zona sul de São Paulo. A partir dessas etapas, foi elaborado um diagnóstico socioambiental, que identificou os principais problemas e potencialidades do território, como a ocupação irregular nas margens do córrego, presença de áreas de risco geológico e hidrológico, baixa cobertura vegetal e fragmentação dos espaços livres, ausência de infraestrutura de lazer e convivência e dificuldade de mobilidade e conexão entre bairros.

Com base em análises teóricas, referências projetuais e levantamento de campo, o estudo pretende compreender como o desenho da paisagem pode contribuir para a justiça ambiental e o fortalecimento do direito à cidade, por meio da valorização do meio natural e da infraestrutura ecológica urbana.

1. OS ESPAÇOS LIVRES E A RELAÇÃO AMBIENTAL E GERACIONAL COM A PAISAGEM URBANA NAS PERIFERIAS DE SÃO PAULO.

A discussão sobre o papel dos espaços livres nas cidades remete à compreensão de que o espaço urbano é uma construção social e política. Na visão de Lefebvre (2001), a cidade possui dimensões e essas criam simbologias que formam vários aspectos e

perspectivas dos espaços, assim como seus estados e formas de vivência que criam um espaço complexo.

[...] a cidade tem uma dimensão simbólica; os monumentos, como também os vazios, praças e avenidas, simbolizam os cosmos, o mundo, a sociedade ou simplesmente o Estado (Lefebvre, 2001, p. 65).

Nesse contexto, a periferia, à margem de um planejamento urbano eficiente, carece de simbologias, de espaços livres e verdes que melhorem a vida urbana de seus habitantes. Trata-se aqui de um déficit que priva parte dos cidadãos do direito à cidade e dos espaços públicos que deveriam existir próximos aos locais de residência (Laboda, 2016).

Queiroga (2011) afirma haver um forte declínio da vida pública em relação à vida privada. De acordo com o autor, são diversos fatores que levam a esse reflexo, no contexto imobiliário, são apresentados produtos que prometem acessos, vida saudável, proximidade com a natureza, e praticidades, tudo garantido pela segurança privada, muros e câmeras.

Se a vida privada e social tem nos espaços edificados seu maior suporte, a vida pública tem nos espaços livres, sobretudo nos espaços livres públicos, seu maior suporte físico-material para ocorrer (Queiroga, 2011, p. 25-35).

Na discussão sobre espaço e paisagem, fica evidente que a paisagem existe no momento atual, mas é composta por objetos cuja necessidade passada ou presente das gerações compreendem e qualificam sua existência (Santos, 1996). Essa paisagem pode ser resultado das relações entre processos sociais e processos naturais, que com o tempo fazem emergir objetos e formas no espaço (Magnoli, 1982).

No espaço, as formas de que se compõe a paisagem preenchem, no momento atual, uma função atual, como resposta às necessidades atuais da sociedade (Santos, 1996, p. 67).

Nesse contexto, a paisagem pode ser resultado das percepções, das relações e do seu gerenciamento, intrinsecamente ligada às necessidades geracionais, e às relações sociais envoltas no espaço. Em um mundo antropocêntrico e cada vez mais individualizado, onde ocorre o processo de forte declínio da vida pública, o contato com a natureza primitiva é fatigado por um ambiente excessivamente controlado e próprio para o homem, fato esse que afastam as sociedades da paisagem natural e nômade de outrora, reforçando ainda mais a produção de espaços que se sobrepõe ao estado natural do meio e fortalecem a destruição de espaços verdes e a individualização da população.

Na investigação ecológica as propriedades do sujeito e do meio, as estruturas ambientais e os processos que ocorrem nelas e entre elas, devem ser vistos como interdependentes e analisados em termos sistêmicos. (Portugal, 1992, apud. Goldberg, Yunes & Freitas, 2005, p. 98).

Com isso, percebe-se a necessidade geracional de retomar o contato com a natureza, trazendo no desenvolvimento infantil e social essa aproximação que formará gerações mais conectadas e responsáveis com o meio ambiente que as circundam.

A pessoa é uma entidade em crescimento e está se desenvolvendo constantemente a partir das relações de reciprocidade criadas entre ela e os diferentes ambientes que habita (Goldberg, Yunes & Freitas, 2005, p. 98).

Nesse contexto, o Sistema de Espaços Livres (SEL) é fundamental para o funcionamento ambiental e social das cidades. Dentro das paisagens que são

gerenciadas, a cidade possui um sistema de espaços livres, ou seja, um conjunto de espaços vegetados ou não, sem construção, que possuem relação entre si e se conectam dentro da morfologia urbana da cidade (Morin, 2008 apud Macedo, 2012). Entretanto, o processo de urbanização capitalista restringiu o acesso aos espaços livres de qualidade, transformando a paisagem urbana em um reflexo das desigualdades sociais (Queiroga, 2011).

A partir disso, emerge o conceito de “Racismo ambiental” que, segundo Bullard (2005), se refere a qualquer política ou prática que afete e prejudique, de formas diferentes, voluntária ou involuntariamente, pessoas, grupos ou comunidades por motivos de raça ou cor. Essa ideia está associada com políticas públicas e práticas industriais encaminhas a favorecer as empresas impondo altos custos às pessoas racializadas. Entender a quem custa e quem se beneficia das políticas ambientais e industriais é fundamental na análise do racismo ambiental (Bullard, 2005).

No Brasil, essa lógica se reproduz nas periferias, como no distrito do Capão Redondo em São Paulo, onde a carência de infraestrutura ambiental e a ocupação de áreas de risco são consequências diretas de políticas urbanas excludentes (Herculano, 2006).

Na cidade de São Paulo, as mudanças climáticas intensificam os problemas ambientais e de saúde pública. Estudos do Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC) e da Prefeitura de São Paulo (2020) apontam aumento das temperaturas médias e agravamento das ilhas de calor urbanas, especialmente nas zonas sul e leste da cidade, onde há menor cobertura vegetal. (Duarte, 2015 apud São Paulo, 2020) observa que a presença de espaços verdes pode reduzir os efeitos do calor e melhorar o conforto ambiental, destacando a relevância da vegetação urbana como medida de mitigação e adaptação climática. Dados analisados no Plano de Ação Climática de São Paulo (2020) indicam que haverá um aumento nas temperaturas médias de 2 a 3°C até o final do século XXI. Ainda, de acordo com a Prefeitura de São Paulo (São Paulo, 2020), o desmatamento de aproximadamente 1 hectare de Mata Atlântica está diretamente relacionado com o aumento das temperaturas locais em até 1°C, podendo chegar a 4°C.

Nesse contexto, a Mata Atlântica e seus remanescentes são valiosos para a manutenção do equilíbrio ambiental, principalmente nas periferias. O Capão Redondo conta com um importante remanescente desse bioma, o parque Santo Dias, com 13 hectares de área. Assim, o remanescente se faz muito importante para a preservação de um clima ameno e equilibrado na região.

Dessa forma, as estratégias de planejamento urbano vêm incorporando o conceito de infraestrutura verde e azul (IAV) que valorizam a integração dos sistemas naturais e construídos a fim de um manejo sustentável das águas pluviais e o fortalecimento da biodiversidade urbana. No escopo das IAVs, as tipologias de Parque Linear e Parque Fluvial, apresentam características eficientes para a qualidade paisagística urbana, armazenamento de água e integração com os rios e córregos urbanos, além de a aplicação de áreas de lazer e praças conjuntas (Guimarães e Fernandes, 2023).

Esses conceitos são de grande importância, principalmente quando se trata de área de risco, onde se acomodam os mais pobres, que vivem em condições subumanas, conforme designa a Organização das Nações Unidas (ONU) para a adaptabilidade e resiliência dessas áreas carentes da cidade de São Paulo.

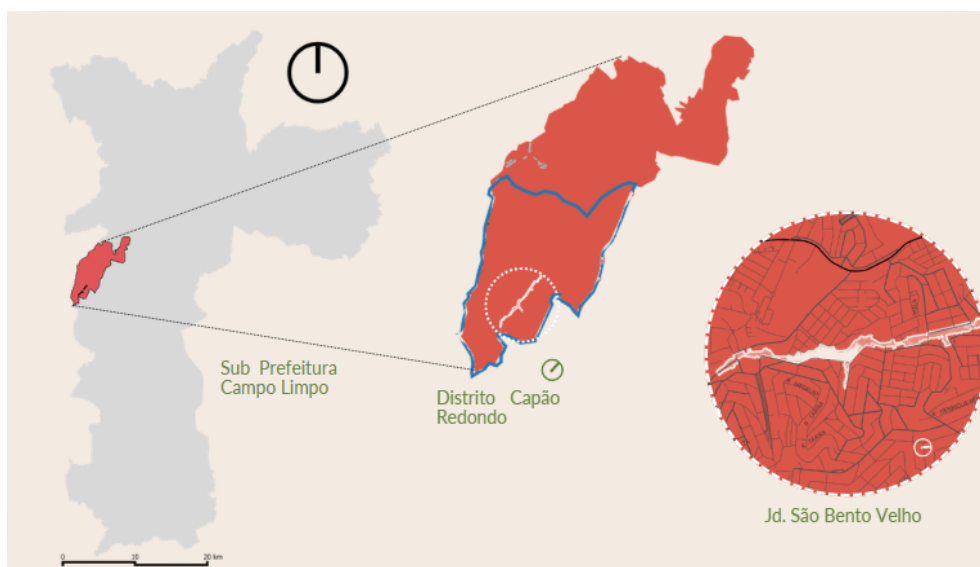
Fica evidente o apelo urgente que se faz de espaços livres verdes que fortaleçam os espaços públicos na periferia, a necessidade de apropriação dos espaços bem como a

adaptação às catástrofes causadas pelas mudanças climáticas. Tais situações transformam a periferia, local de sobrevivência e resistência, em um campo cada vez mais árido e carente de direitos básicos, onde é necessário haver um melhor planejamento para as vidas que mais necessitam de uma cidade bem planejada.

3. ANÁLISE TERRITORIAL

O distrito do Capão Redondo é administrado pela Subprefeitura do Campo Limpo e está localizado na zona sul de São Paulo (Figura 1). “Capão” vem do tupi¹ e significa mata redonda que remete a sua composição física no início do século XX, sendo um território coberto por Mata Atlântica (São Paulo, 2023).

Figura 1 - localização da intervenção



Fonte: Geosampa, elaborado pelo autor.

No início, a região se localizava na antiga cidade de Santo Amaro que apenas em 1935 foi oficialmente anexada à cidade de São Paulo. Com isso, iniciou-se um processo de loteamento das glebas rurais para novos trabalhadores, que se intensificou na década de 1970 com a migração nordestina e movimento de pessoas vindas do centro devido ao encarecimento da região. Essa expansão acelerada formou as primeiras favelas e loteamentos irregulares na região (São Paulo, 2023).

A região está localizada a 16km do centro de São Paulo e tem um dos maiores adensamentos populacionais da cidade, com cerca de 296.378 habitantes, e conta com 62 bairros. Nesse território, a infraestrutura urbana se apresentou ao longo dos anos como consequência e não como causa do processo de ocupação. Nesse sentido, observa-se na região um processo de valorização e concentração de investimentos nas áreas onde há infraestrutura pública, nas avenidas principais e próximo de hospitais e metrô. Sendo assim, há uma presença considerável de uso comercial e serviços ao longo das vias estruturais que atraem a população dos arredores que não tem acesso a serviços e comércios dentro dos bairros.

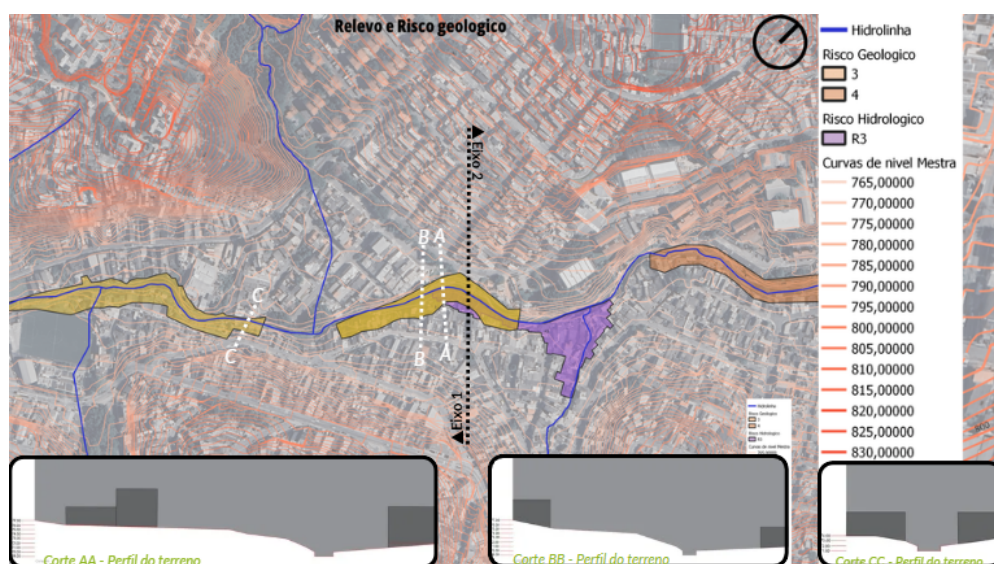
¹ Do tupi, ka'a significa mata e pu'ã, redondo (São Paulo, 2023)

https://prefeitura.sp.gov.br/web/campo_limpo/w/noticias/2730?page_number_71f42c97-fd2e-c261-0569-2ef87bfaae36=2

O relevo da região é bastante acidentado, sendo composto por morros e fundos de vale, onde os declives e aclives variam de 720 a 820 metros de desnível, revelando um solo desnivelado, assoreado e alagadiço. A bacia hidrográfica do Morro do S, da qual o córrego Moenda Velha faz parte, denota os maiores fundos de vale da região, se estendendo por grande parte do distrito do Capão Redondo, local onde também percebe-se a confluência de nascentes de rios. O distrito Jardim São Luís, por sua vez, mostra uma parte do território mais plano, porém, localizado em cotas topográficas mais elevadas que as do distrito vizinho, Jd. Angela, e com uma característica predominantemente residencial.

A figura 2 indica áreas de risco geológico relacionadas ao risco de alagamento e deslizamentos devido ao relevo. As mesmas áreas estão associadas a ocupações de favelas, ou seja, uma população mais vulnerável e menos resiliente às catástrofes já mapeadas no território.

Figura 2 - relevo e áreas de risco



Fonte: Geosampa, elaborado pelo autor.

Com base neste diagnóstico, formulou-se uma proposta projetual de requalificação paisagística pautada em diretrizes de sustentabilidade, conectividade ecológica e inclusão social. O processo envolveu a definição de eixos de intervenção que estruturam o parque linear e integram o córrego aos espaços livres e equipamentos públicos do entorno, com ênfase na mobilidade ativa e na valorização ambiental.

4. O PARQUE LINEAR MOENDA VELHA

O projeto do Parque Linear Moenda Velha (Figura 3) constitui a principal estratégia de requalificação ambiental e urbana do território em análise. Situado no distrito do Capão Redondo, o parque articula os princípios da infraestrutura verde e azul, propondo a regeneração das margens do córrego Moenda Velha e a criação de espaços públicos multifuncionais que conciliam lazer, drenagem urbana e reflorestamento, a partir da tipologia de um parque linear.

Figura 3 - Perímetro de implantação



Fonte: Geosampa, elaborado pelo autor.

O levantamento de campo evidenciou uma ocupação densa e consolidada, marcada pela ausência de espaços livres qualificados e pela presença de moradias em áreas de risco (R3 e R4). As análises topográficas e hidrológicas indicaram margens instáveis e solos suscetíveis a deslizamentos, agravados pela falta de vegetação e drenagem adequada.

Nesse sentido, a proposta de remoção das residências em torno do córrego visa o mínimo de desapropriações possíveis, demarcando para isso apenas as residências nas áreas de alto risco (R3 e R4), residências que extrapolam os limites “seguros” de aproximação do córrego, ou seja, que estão avançando sobre a margem do córrego, e barracos recentes de madeirite, mdf e construídos com resíduos de construção reaproveitados, ou seja, residências ainda não consolidadas (Figura 4).

Figura 4 - Áreas com residências em risco R3 e R4.



Fonte: Geosampa, elaborado pelo autor.

A análise das condições de habitabilidade da ocupação em torno do córrego denota a necessidade de remoção de 180 residências, que se encontram em alta vulnerabilidade nessas margens.

Com base nesse diagnóstico, foram definidas diretrizes projetuais, como o reflorestamento das margens do córrego com espécies nativas da Mata Atlântica, a criação de faixas de amortecimento e drenagem natural utilizando biovaletas e jardins

de chuva, implantação de ciclovias e passarelas metálicas, além da criação de espaços de lazer e contemplação distribuídas em diferentes eixos do parque.

A proposta para o córrego Moenda Velha visa conectar dois espaços verdes da região do Capão Redondo, partindo do Parque Santo Dias até o bairro Jardim Dom José, onde está localizado o Parque Linear Feitico da Vila, trajeto que passará por equipamentos como o Centro Universitário UNASP, a Fábrica de Cultura Capão Redondo, assim como escolas, e postos de saúde (Figura 5).

Figura 5 - conexão dos espaços, PQ. Moenda Velha



Fonte: Geosampa, elaborado pelo autor.

O parque foi estruturado em quatro eixos principais, totalizando aproximadamente 3 km de extensão. Cada eixo responde a características ambientais e sociais específicas, articulando espaços de lazer, corredores ecológicos e espaços de permanência. As diretrizes projetuais seguem as seguintes requisitos: A - qualificar os acessos e rotas da ocupação, conectando as margens do córrego; B - Remover assentamentos em risco R3 e R4; C - Requalificar as calçadas e vias locais de forma a torná-las mais resilientes a enchentes e acessíveis; D - Urbanizar a ocupação existentes promovendo acesso e infraestrutura urbana; E - Promover a oferta de infraestrutura para transporte alternativo (ciclovias e ciclofaixas) que conectem as vias coletoras e estruturais da região (Figura 6).

Figura 6 - Eixos de intervenção, PQ. Moenda Velha



Fonte: Geosampa, elaborado pelo autor.

Os eixos 1 e 2 foram detalhados (Figura 7) por apresentarem os problemas supracitados e não terem recebido obras de contenção e reurbanização da prefeitura.

Figura 7 - Implantação, PQ. Moenda Velha



Fonte: Elaborado pelo autor.

Os eixos escolhidos apresentam espaços livres passíveis de intervenção paisagística e urbanística que propiciam o mínimo de remoções da ocupação de seus entornos. Além disso, detêm alguns espaços ociosos que possibilitam a criação de espaços comuns à comunidade com usos esportivos, educacionais, de lazer e contemplação.

O eixo 1 é subdividido em 8 espaços de uso comum, além das passarelas de conexão. São eles: três praças públicas; uma caixa de areia/Playground; um bosque de passagem e contemplação; um escadão de conexão com as passarelas e duas hortas urbanas comunitárias (Figuras 8 a 10).

Figura 8- Ampliação eixo 1, PQ. Moenda Velha



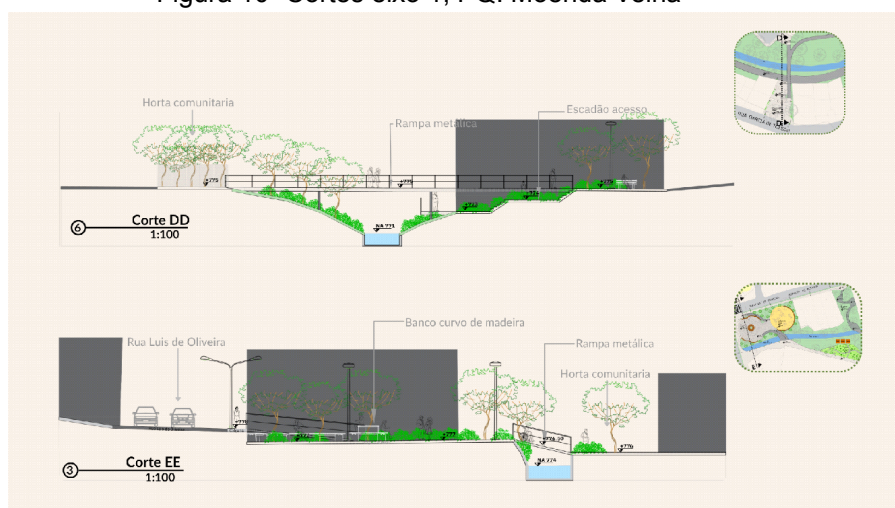
Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 9- Implantação eixo 1, PQ. Moenda Velha



Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 10- Cortes eixo 1, PQ. Moenda Velha



Fonte: Elaborado pelo autor.

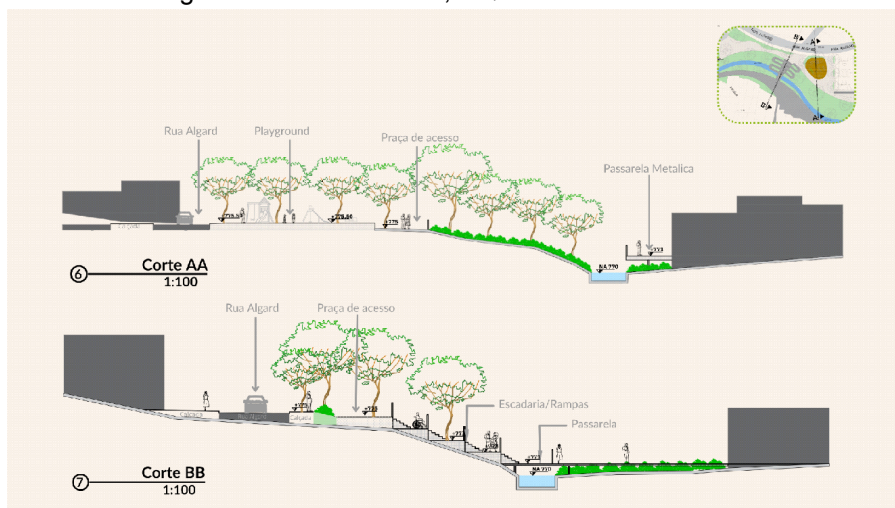
Já o eixo 2, conta com 3 espaços de uso comum; uma praça pública equipada com equipamentos de ginástica; um playground e uma quadra poliesportiva (Figuras 11 e 12).

Figura 11- Implantação eixo 2, PQ. Moenda Velha



Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 12- Cortes eixo 2, PQ. Moenda Velha



Fonte: Elaborado pelo autor.

As soluções projetuais adotaram soluções de infraestrutura verde e azul, com sistemas de infiltração, retenção e reaproveitamento das águas pluviais. As biovaletas e canteiros pluviais foram dimensionados para reduzir o escoamento superficial e aumentar a permeabilidade do solo, melhorando a qualidade da água e diminuindo enchentes. Foram propostas passarelas para promover a costura local, incentivando a conexão dos bairros e a diminuição das distâncias no território. Os resultados esperados envolvem a recuperação da paisagem e do equilíbrio ecológico, associada à criação de um espaço público inclusivo. As intervenções ampliam o conforto térmico, reduzem a vulnerabilidade ambiental e incentivam práticas sustentáveis no cotidiano da comunidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Parque Linear Moenda Velha evidencia o potencial da arquitetura da paisagem como instrumento de transformação socioambiental e de promoção do direito à cidade, além de demonstrar alternativas de como as cidades devem ser pensadas para suportar uma vida de maior qualidade e saúde para as futuras gerações.

Nesse sentido, é necessário a criação de propostas que envolvam de forma sensível e realista o planejamento de cidades e que tenham como pilares as adaptações às mudanças climáticas, que têm se tornado pauta nas discussões sobre desenvolvimento mais sustentável e alinhado com o meio ambiente.

A proposta de requalificação das margens do córrego, associada à implantação de infraestrutura verde e azul, demonstra que intervenções paisagísticas podem contribuir de maneira significativa para a mitigação dos impactos climáticos e a regeneração ambiental de espaços urbanos degradados.

Mais do que um projeto paisagístico, o parque se constitui em uma ação de justiça ambiental, capaz de reconectar a população periférica à paisagem natural e ao espaço público. Sua implantação implica benefícios múltiplos, sociais, ecológicos e simbólicos, e reforça a importância de políticas públicas voltadas à democratização do acesso aos espaços livres e de lazer.

Assim, a proposta de conexão entre dois importantes espaços verdes e livres da região periférica estudada se mostra como um potente gerador de oportunidades para abordagens que visam o desenvolvimento sustentável e a conexão de uma população sujeita a um desenho de cidade segregador, tanto em relação aos direitos civis quanto os naturais.

O desenvolvimento desta proposta não contou com a participação direta da comunidade, se limitando a um estudo acadêmico com referências e conceitos testados em diversas experiências nacionais e internacionais. Contudo, em uma eventual aplicação real, torna-se indispensável a consulta e participação ativa dos moradores, comerciantes locais e população de suas margens e zona de influência, visto que, esses atores detêm conhecimentos fundamentais sobre as dinâmicas desse espaços. Sendo assim, destaca-se a importância da criação de comitês comunitários e fortalecimento das lideranças locais como suporte a criação de um desenho urbano e paisagístico mais justo, inclusivo e fiel às necessidades do território.

Ao propor uma nova leitura da periferia como território de potência e não de carência, o estudo reafirma o papel do arquiteto paisagista como mediador entre a sociedade e o ambiente, entre a técnica e o afeto, entre o espaço urbano e o direito à cidade e à paisagem.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, K. L. B. **O projeto de espaços públicos na periferia de São Paulo: uma questão sócio-ambiental**. [s.l.] Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA), [s.d.]

BULLARD, Robert Doyle. Ética e racismo ambiental. Revista Eco 21, ano XV, n. 98, jan. 2005. Disponível em: <<http://www.eco21.com.br/textos/textos.asp?ID=996>>. Acesso em: 20 out 2024.

Goldberg, L. G., Yunes, M. A. M., & Freitas, J. V. de. (2005). O desenho infantil na ótica da ecologia do desenvolvimento humano. Psicologia Em Estudo, 10(1). <https://doi.org/10.1590/s1413-73722005000100012>

HERCULANO, Selene et al. O CLAMOR POR JUSTIÇA AMBIENTAL E CONTRA O RACISMO AMBIENTAL. [s. l.], 2 abr. 2008. Disponível em: <https://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2013/07/art-2-2008-6.pdf>. Acesso em: 21 maio 2024

KLIASS, R. G.; MAGNOLI, M. M. Áreas verdes de recreação. Paisagem e Ambiente, n. 21, p. 245, 30 jun. 2006.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. [s.l.: s.n.].

LOBODA, C. R. ESPAÇO PÚBLICO E PERIFERIA NA CIDADE CONTEMPORÂNEA: ENTRE AS NECESSIDADES E AS POSSIBILIDADES. **Raega - O Espaço Geográfico em Análise**, v. 37, p. 37, 22 ago. 2016.

MACEDO, S. S. Espaços Livres. **Paisagem e Ambiente**, n. 7, p. 15, 10 jun. 1995.

OLIVEIRA, Clara Ferreira de; GOMES, Maria Vitória Ribeiro; GUIMARÃES, Luciana Fernandes; VERÓL, Aline Pires. Orientações para projetos de sistemas de Infraestrutura Verde e Azul visando a articulação da drenagem urbana com espaços livres multifuncionais. In: Encontro Latino-americano e Europeu sobre Edificações e Comunidades Sustentáveis (euroELECS), 5., 2023. Anais [...]. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://eventos.antac.org.br/index.php/euroelecs/article/view/3059>. Acesso em: 8

dez. 2025.

QUEIROGA, E. F. Sistemas de espaços livres e esfera pública em metrópoles brasileiras. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, v. 19, n. 1, p. 25, 23 nov. 2012.

SÃO PAULO, Prefeitura. **Plano de Ação Climática do Município de São Paulo 2020-2050**. São Paulo: SÃO PAULO, 2020. 344 p.

SÃO PAULO, P. HISTÓRIA DO DISTRITO DO CAPÃO REDONDO. PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2023. Disponível em: <https://prefeitura.sp.gov.br/web/campo_limpo/w/noticias/2730?page_number_71f42c97-fd2e-c261-0569-2ef87bfaae36=2>. Acesso em: nov. 5DC

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. [s.l.] EDUSP, 2022.